

## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Sexualidade e Género [ST]

---

#### **GÉNERO, EDUCAÇÃO E TRABALHO: DIFERENÇAS E SIMILITUDES NAS TRAJETÓRIAS DE RAPAZES E RAPARIGAS ENTRE OS 13 E OS 21 ANOS**

---

TORRES, Anália

Agregação em Sociologia, ISCSP-ULisboa

[atorres@iscsp.ulisboa.pt](mailto:atorres@iscsp.ulisboa.pt)

---

SERRA, Fernando

Doutoramento em Sociologia, ISCSP-ULisboa

[fserra@iscsp.ulisboa.pt](mailto:fserra@iscsp.ulisboa.pt)

---

TAVARES, Lara

Doutoramento em Economia, ISCSP-ULisboa

[ltavares@iscsp.utl.pt](mailto:ltavares@iscsp.utl.pt)

---

ASSUNÇÃO, Fátima

Doutoramento em Sociologia, ISCSP-ULisboa

[assuncao@iscsp.ulisboa.pt](mailto:assuncao@iscsp.ulisboa.pt)

---

BRITES, Rui

Doutoramento em Sociologia, ISEG-ULisboa

[rui.brites@outlook.com](mailto:rui.brites@outlook.com)

---

CARVALHO, Diana

Mestrado em Sociologia, ISCSP-ULisboa

[dianadiascarvalho@gmail.com](mailto:dianadiascarvalho@gmail.com)

---



### Resumo

Resultados preliminares de uma investigação a partir de uma base de dados longitudinal, que inquiriu as/os mesmas/os jovens aos 13, aos 17 e aos 21 anos, indicam convergências e divergências de práticas e atitudes entre raparigas e rapazes. As raparigas têm maior aproveitamento escolar do que os rapazes mas aos 21 anos começam a revelar maior dificuldade na entrada no mercado de trabalho. Deste modo, as vantagens escolares iniciais das raparigas podem não ter efeitos promissores, desembocando, por vezes, em interrupções precoces ou correspondendo, depois, a inserções precárias no mercado de trabalho.

Com base num quadro teórico que cruza uma abordagem de género interseccional com a sociologia da educação procura-se explicar as trajectórias dos jovens e as similitudes e diferenças encontradas. Analisam-se para isso a influência de fatores como a origem social, os modos de ocupação dos tempos livres e os comportamentos de risco nos percursos destas/es jovens. Exploraremos, através de uma análise descritiva e multivariada, as relações indicadas.

O *EPITeen*, investigação na qual se baseia a apresentação, foi lançado em 2003-2004 pelo Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP). Consiste numa base de dados de indivíduos nascidos em 1990, os quais, à data do arranque do estudo, tinham 13 anos e frequentavam escolas públicas e privadas da cidade do Porto, perfazendo um total de 2943 indivíduos. Com a colaboração de uma equipa das ciências sociais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL) prepara-se uma nova aplicação que será realizada em 2014 quando os jovens estiverem com 24 anos. Os resultados que se apresentam agora podem, assim, vir a ser aprofundados, confirmando ou infirmando pistas de análise lançadas e sugerindo novas questões.

### Abstract

The preliminary results of a longitudinal study, which has surveyed the same individuals at 13, 17 and 21 years old, indicate that there are convergences and divergences in the practices and attitudes of young women and men. Young women do better in school but, at the age of 21, they start already revealing greater difficulties in entering the labour market. Accordingly, young women's initial educational advantages may not have promising effects, culminating, sometimes, in early interruptions or corresponding, afterwards, to precarious experiences in the labour market.

Drawing on a theoretical framework which combines an intersectional gender approach with sociology of education, this presentation seeks to explain youngsters' trajectories and the differences and similarities found. In order to do so, we will analyze the ways in which the trajectories of young people are influenced by factors, such as social background and class, parenting styles, networks of sociability, leisure-time, subjective well-being and physical and mental health, body image and risk behaviours. These relationships will be analyzed with descriptive and multivariate analysis.

EPITeen, the study on which this presentation is based, was launched in 2003-2004 by the Institute of Public Health of the University of Oporto (ISPUP) and collects data from individuals who were born in 1990, in a total of 2 943 research participants. When the study began, respondents were 13 years old and attended all the schools (public and private) in Oporto, which is the second largest city in Portugal. With the collaboration of the Institute for Social and Political Science of the University of Lisbon (ISCSP), a new wave will be carried out in 2014 when the youngsters will be at the age of 24.

Palavras-chave: Género; Educação; Estudo longitudinal; Classe social

Keywords: Gender; Education; Longitudinal study; Social class



## **Introdução<sup>i</sup>**

Este *paper* debruça-se sobre as relações entre género e trajetórias escolares e profissionais de jovens do Porto. Explora ainda possíveis explicações para a reprodução ou para a mobilidade social destes jovens relativamente aos seus progenitores. Sabemos que Portugal tem taxas de abandono escolar precoce ainda elevadas, mas que, por outro lado, há notórios efeitos de mobilidade ascendente entre mães/pais e filhas/os quanto aos níveis de instrução, dados também os baixíssimos níveis de escolaridade das/os primeiras/os. Essa mobilidade educativa ascendente poderá ser explicada pelas horas de estudo? E que efeitos tem essa mobilidade no emprego das/os jovens? Sabemos também que as mulheres jovens têm melhores desempenhos escolares, em média, do que os jovens rapazes e procurar explicar essas diferenças é decerto relevante. Assim, interessa também avaliar os efeitos que esse sucesso diferenciado pode ter na inserção no mercado de trabalho e na constituição de família.

A informação com base na qual se desenvolve o texto utiliza os do estudo longitudinal designado por *Coorte EPITeen*, desenvolvido pelo ISPUP, Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. A partir dele analisam-se as relações entre género, educação e mercado de trabalho bem como a ocupação dos tempos livres e a forma como ela influencia o desempenho escolar de rapazes e raparigas.

A equipa da Universidade do Porto lançou este estudo em 2003-2004, constituindo uma base de dados de indivíduos (rapazes e raparigas) nascidos em 1990 e que, nesse ano letivo, frequentavam as escolas do Porto (públicas e privadas). Esta base de dados foi sendo enriquecida com inquirições posteriores (2007 e 2011) incluindo no momento actual 2943 indivíduos.

Posteriormente, em 2013, a equipa do ISPUP associou-se a uma equipa de investigação do ISCSP através do projecto *EPITeen24: Reproduzir ou contrariar o destino social*, projeto financiado pela FCT<sup>ii</sup>. Este integra sociólogos/as e outros/as cientistas sociais para, numa perspetiva conjugada das ciências sociais e da saúde pública, explorar as seguintes linhas de investigação: “Educação, mobilidade social e desigualdades sociais; “Género, efeitos de género, percursos biográficos e constituição de família”; “Determinantes sociais da saúde, bem-estar e qualidade de vida” e “Capital social, redes sociais e cidadania”.

Estas linhas pretendem, em conjunto, cumprir três objetivos fundamentais. Primeiro, avaliar de que forma as condições sociais de origem marcam as trajetórias e as diferentes oportunidades das/os jovens, definindo-lhes destinos diferentes. Pretende-se saber como se reproduzem as vantagens ou desvantagens da origem social, analisar efeitos inter-geracionais e verificar qual o peso relativo de fatores como a escolaridade, o género, a profissão e o capital social nesses percursos de vida. Em segundo lugar, procura-se explorar os factores que contribuem para que se contrarie o destino social dos indivíduos, para que se escape a trajetórias modais, isto é, estudar de forma sistemática os trajectos de mobilidade social e procurar as causas que os explicam. O terceiro objetivo prende-se com a compreensão dos efeitos da crise económica e financeira dos últimos anos nas trajetórias sociais e individuais, analisando-se o modo como esta conjuntura nelas se repercute introduzindo, eventualmente, mudanças de percursos, de realidades e de expectativas.

## **1. Educação, Mercado de trabalho e Género**

### **1.1. Educação e desigualdade social**

É bem conhecida a relação entre educação e destinos sociais. Não obstante a já abundante literatura em Economia apontar para uma associação entre qualificações educativas e sucesso no mercado de trabalho, Goldthorpe e Jackson (2008) contestam a ideia segundo a qual estaremos a caminhar no sentido de uma educação de teor meritocrático. Com efeito, apesar da expansão da escolaridade ao longo de todo o século XX, as origens socioeconómicas continuam a influenciar em larga medida o sucesso académico (Ermish et al., 2012). Por outras palavras, a educação pode constituir-se como o fator decisivo na promoção da mobilidade social, mas a ausência de um nível mínimo de igualdade de oportunidades de partida e o insucesso escolar podem reforçar as desvantagens sociais (Machin 2006).

Estudos longitudinais revelam a extensão da desigualdade associada à classe social e a relativamente forte estabilidade da sua reprodução intergeracional (Raffe et al., 2006). As crianças pertencentes a contextos

sociais desprivilegiados apresentam piores resultados escolares se comparados com os das crianças provenientes de contextos familiares mais favorecidos (Feinstein et al., 2004).

A literatura revela diferentes perspetivas acerca da natureza e número de fatores que afetam a experiência de escolarização, designadamente aqueles que influenciam os resultados escolares. De entre aqueles fatores, as diferenças socioeconómicas e socioculturais encontram-se entre os mais significativos (Marjoribanks, 2005). As diferenças no sucesso escolar devem, por conseguinte, ser entendidas como resultantes não apenas das capacidades inatas dos indivíduos, mas também de um sistema enraizado nas desigualdades de classe e de poder (Irwin, 2009).

Mais recentemente, também se concluiu que estes fatores influenciam de igual modo o desenvolvimento de competências transversais (*soft skills*), exatamente aquelas que tendem a ser valorizadas pelos empregadores (Goldthorpe e Jackson 2008).

Embora desempenhando um importante papel explicativo, as desigualdades de classe não se revelam como um fator totalmente determinante, sendo a sua influência diminuída ou maximizada por via de outros fatores (Barone, 2006, De Graaf et al., 2000; Feinstein et al., 2008; Sullivan, 2001). Também Bourdieu (1986) mostra que o desempenho desigual das crianças provenientes de diferentes classes sociais se relaciona com os diferenciais de investimento e recursos por parte dos pais. Os pais das chamadas classes médias, por exemplo, tendem a investir quer no acompanhamento da escolaridade dos filhos e filhas, quer proporcionando o acesso ao *capital cultural* que estes necessitam para serem bem-sucedidos.

Estudos feitos em Portugal mostraram, por outro lado, que mesmo em setores sociais desfavorecidos quando há envolvimento e valorização por parte dos pais na educação dos filhos e filhas estes podem ter sucesso escolar contrariando a lógica da reprodução social (Benavente *et al*, 1987).

## **1.2. Educação, trabalho e mobilidade social**

As perspetivas clássicas do “capital humano” elegem a educação como um fator decisivo na compreensão da experiência laboral dos indivíduos. O postulado adotado assenta na ideia segundo a qual as qualificações (capital humano) adquiridas no sistema educativo predizem não apenas o nível ocupacional específico à entrada do mercado de trabalho mas também as oportunidades subsequentes de mobilidade ocupacional no seu interior (Sicherman e Galor, 1990). Acresce que a investigação tem provado que, como atrás se viu, a origem de classe dos sujeitos tem uma grande influência no respetivo sucesso escolar, exercendo este, por seu turno, um efeito indireto no padrão de oportunidades no interior do mercado de trabalho (Sicherman e Galor, 1990).

Porém, para alguns autores, tem-se observado em muitas sociedades avançadas, nas últimas décadas, um enfraquecimento da relação entre as qualificações educativas e os destinos sociais das/os jovens (cf. Breen e Luijkx, 2004). Investigação recente centrada na experiência laboral e na mobilidade ocupacional – e mais sensível aos efeitos da “globalização” –, tem vindo a sublinhar quer as desvantagens vividas pelos indivíduos com baixas qualificações quer a crescente (des)estandardização e imprevisibilidade na transição da educação para o emprego (e.g. Blossfeld et al. Eds., 2008). É disto exemplo, a crescente heterogeneidade das formas contratuais do emprego e o tipo de atividades desempenhadas pelos indivíduos com elevadas qualificações (Bukody et al, 2008), ou a ocorrência do fator “sobre-qualificação” na obtenção de emprego, circunstância que tem impacto na mobilidade ocupacional em fases mais tardias da experiência laboral (ver Büchel e Mertens, eds. 2004).

Paralelamente, a presente crise económica e financeira interfere na participação dos jovens no mercado de trabalho, induzindo-lhes a inatividade, na sequência de longos períodos de desemprego, e empurrando-os para formas precárias de emprego (OECD, 2008). A crise tem afetado fortemente as populações mais jovens nas economias desenvolvidas e nomeadamente na UE. Aqui as estatísticas do desemprego atingiram os seus valores mais elevados em 2010 – considerando um período desde 1991 (ILO, 2011). Especificamente nos países do Sul da Europa, os níveis de desemprego resultam em parte da elevada segmentação dos respetivos mercados de trabalho (Karamessini, 2008). Em Portugal, os dados do Inquérito ao Emprego para o primeiro

trimestre de 2014 revelam que 37,5% dos jovens entre os 15 e os 24 anos estavam desempregados neste período do ano.

Neste contexto, será importante analisar as implicações da atual crise no processo de transição para a vida adulta. Nas últimas décadas, os jovens têm oscilado entre a situação de emprego e a de desemprego e entre a situação de saída e de retorno à casa dos pais (Torres e Lapa, 2010).

### **2.3. Género e percursos biográficos**

A análise da pluralidade dos cursos de vida tem dominado as preocupações das/os investigadoras/es nos últimos tempos (Pais, 2001; Macmillan, 2005; Schoon, 2010; Torres e Lapa, 2010; Aboim, Vasconcelos e Neves, 2011; Nico, 2011). Em oposição à imagem de uma sequência linear e padronizada de transições entre escola, trabalho, casamento e parentalidade, vários/as autores/as destacam a importância das oscilações entre emprego e desemprego, entre sair e voltar à escola, entre casamento e divórcio, entre deixar e regressar a casa dos pais, caracterizando as transições para a vida adulta como um conjunto de experiências ioiô (Pais, 2001; Torres e Lapa, 2010). No atual momento de crise económica, é possível que estes movimentos ioiô sejam vivenciados com níveis acrescidos de tensão.

Nesta pesquisa, consideram-se os debates sobre a destandardização do curso de vida e as suas implicações na transição para a vida adulta. Pondera-se o impacto das teses da individualização (Beck, 1992; Giddens, 2001) sobre o estudo da variabilidade dos cursos de vida, destacando-se que a persistência de regularidades e desigualdades de género e de classe social, quer nas transições para a vida adulta, quer nas aspirações das/os jovens em relação ao futuro, colocam algumas reservas quanto à importância das escolhas individuais na definição dos cursos de vida (Guerreiro e Abrantes, 2005; Schoon, 2010).

Entende-se aqui o género enquanto “estrutura de relações sociais que se centra na arena reprodutiva e conjunto de práticas (governadas por esta estrutura) que trazem as distinções entre corpos para os processos sociais” (Connell, 2002: 10). Destaca-se a ideia de que existem vários géneros (Lorber e Farrell, 1991; Torres, 2002) e de que as ações dos indivíduos estão situadas numa rede de eixos de desigualdade social (West e Fenstermaker, 1995). Consideram-se, ainda, as críticas lançadas à “viragem cultural” ocorrida na sequência do trabalho de Butler (2006[1990]). Esta mudança levou a um enfoque nas questões identitárias, em detrimento da análise da dimensão económica da vida social (Crompton, 2003, Fraser 2003) e dos efeitos que a persistência dos estereótipos de género tem sobre a participação das mulheres no trabalho remunerado e não remunerado (Crompton, 2006: 23).

## **2. Educação e Género**

### **2.1. Escolaridade das/os jovens triplica a das/os mães/pais**

Como foi já referido, e era esperado, os dados mostram que, no que diz respeito à escolaridade, as/os inquiridas/os, aos 21 anos de idade, contrariam o destino social das/os mães/pais (Figura 1). Ou seja, apesar de a maioria das/os mães/pais terem apenas o ensino obrigatório (53,2% das mães e 53,5% dos pais), o peso deste nível de escolaridade para as/os inquiridas/os desce significativamente (8,9% dos rapazes e 8,3% das raparigas). Esta tendência para o aumento da escolaridade nas/os inquiridas/os reflecte o baixo nível de escolaridade das/os progenitoras/es e, conseqüentemente, as baixas condições socioculturais de partida da esmagadora maioria das/os jovens. Porém, estas/os jovens de 21 anos parecem estar a conseguir contrariar esse destino social, o que é perceptível pela proporção de jovens com licenciatura (36,9% em comparação com 22,6% das mães e 20,9% dos pais). As/os restantes 27,8% das/os jovens (na categoria do ensino superior) estão a frequentar a licenciatura.

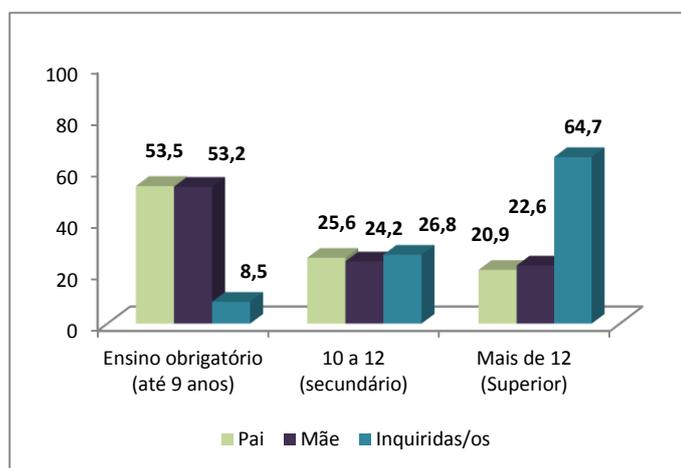


Figura 1 - Escolaridade de pais, mães e inquiridas/os

Como também era expectável, as raparigas parecem ser mais escolarizadas do que os rapazes (Figura 2), o que é explicado em parte pela maior taxa de reprovação escolar masculina. Ou seja, os rapazes continuam a estudar, a terminar as licenciaturas ou mesmo o ensino secundário ou técnico-profissional e as raparigas, na sua maioria, a seguir mestrados e especializações. 42,8% das raparigas e 30,3% dos rapazes já concluíram a licenciatura (têm 15 ou mais anos de escolaridade).

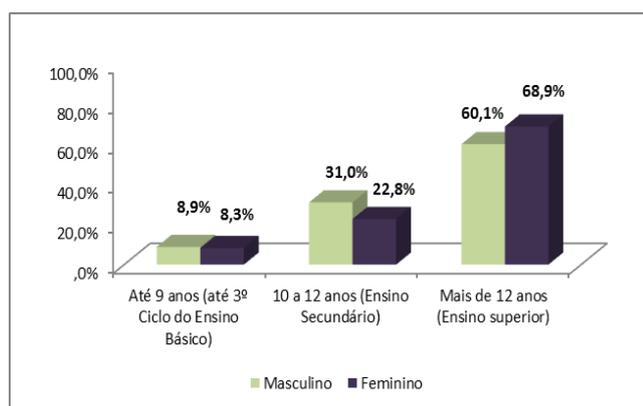


Figura 2 - Escolaridade dos jovens por sexo

## 2.2. Reprovação escolar: rapazes reprovam mais do que as raparigas

Globalmente, aos 17 anos, 40,7% das/os jovens (N= 1003) já tinha reprovado alguma vez na escola, com uma diferença de género algo significativa. As raparigas apresentam, como já sublinhado, uma taxa de reprovação inferior à dos rapazes (37,1% e 44,4% respetivamente) (Figura 3), o que é explicável pela forma como ocupam os seus tempos livres e a rede de pares com que interagem, como se verá mais à frente.

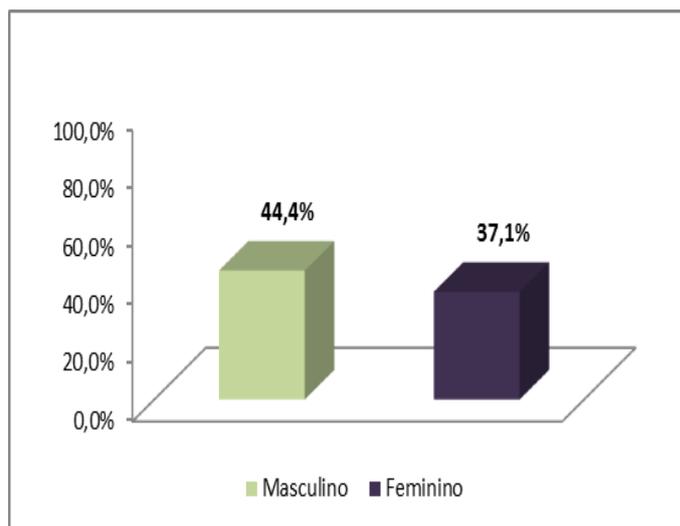


Figura 3 - Reprovação escolar por sexo ( $X^2= 13,464$ ,  $p < 0,001$ )

Mas, no geral, rapazes e raparigas destacam como razões para a reprovação escolar as faltas às aulas, o não estudar o suficiente, o comportamento e as más notas (Figura 4).



Figura 4 - Razões para a reprovação escolar

No entanto, quando se analisa a reprovação escolar, começa-se a notar a influência das origens socioeconómicas e socioculturais no sucesso académico das/os jovens (Marjoribanks, 2005; Ermish et al., 2012).

Quanto maior a escolaridade dos pais, menor a percentagem de jovens que já reprovou. Para as/os jovens cujos pais só completaram até ao 3º ciclo do Ensino Básico (9º ano) aproximadamente 50 ou 60% já chumbaram. Já os que têm pais que completaram o Ensino Secundário ou Superior, a grande maioria, 70% e 90% respetivamente, nunca reprovou.

É ainda de salientar que, no entanto, mesmo com escolaridade baixa de origem (da mãe ou do pai) ainda há muitos jovens que nunca reprovaram (42,4% e 44,7% dependendo do progenitor) (Figura 5).

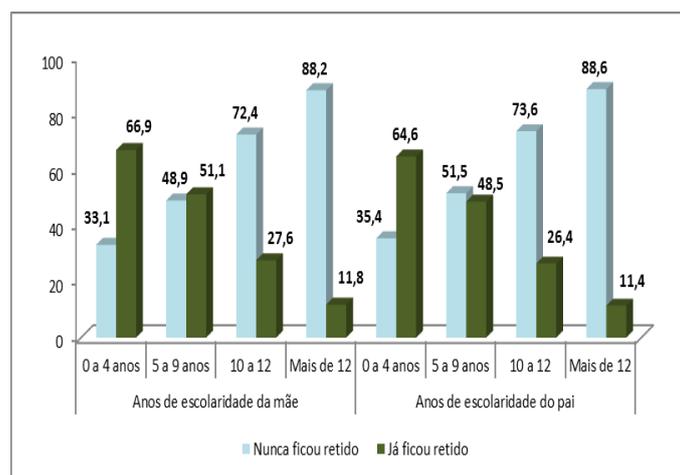


Figura 5 - Reprovação escolar das/os inquiridas/os com escolaridade das/os mães/pais

### 2.2.1. Reprovação escolar: o capital económico parece atenuar desfavorecimentos escolares

Através da categoria profissional dos pais também se observa um grande contraste de taxas de reprovação escolar (Figura 6). As/Os jovens filhas/os de Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas são as/os que menos demonstram insucesso escolar, com uma percentagem de não retenção de aproximadamente 90%, acompanhadas/os também pelas/os filhas/os de Quadros Superiores e Dirigentes e Profissionais de Nível Intermédio, rondando os 80%. Por contraste, a retenção escolar é muito elevada nas/os filhas/os de Trabalhadores Não Qualificados e Operários (cerca de 60%). Note-se, no entanto, que a profissão dos pais parece ter mais efeitos na não retenção do que a profissão das mães. Por outro lado, veja-se ainda que, sempre que as/os inquiridas/os são filhas/os de Empresárias/os poucos escolarizadas/os, o nível de retenção é muito baixo (26%), o que pode evidenciar um investimento financeiro na educação das/os filhas/os. Tal como defendido por Benavente e al (1987), pais e mães com escolaridade baixa fazem uma aposta forte na educação das/os filhas/os como alavanca para a diferenciação de percursos.

	%	Ficou alguma vez retido	
		Não	Sim
Mãe	Quadros Sup. da Adm. Púb., Dirigentes e Quadros Sup. de Empresa	77,8	22,2
	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	88,5	11,5
	Técnicos e profissionais de Nível Intermédio	78,4	21,6
	Pessoal Administrativo e Similares	70,6	29,4
	Pessoal dos Serviços e Vendedores	55,5	44,5
	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	16,7	83,3
	Operários, artífices e trabalhadores similares	42	58
	Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	77,8	22,2
	Trabalhadores não qualificados	36,8	63,2
	Empresário pouco escolarizado (até ao 9º ano)	61,9	38,1
	Empresário indiferenciado (sem escolaridade)	100	0,0
Pai	Militar	83,3	16,7
	Quadros Sup. da Adm. Púb., Dirigentes e Quadros Sup. de Empresa	80,4	19,6
	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	89,2	10,8
	Técnicos e profissionais de Nível Intermédio	76,3	23,7
	Pessoal Administrativo e Similares	70,7	29,3
	Pessoal dos Serviços e Vendedores	60,2	39,8
	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	53,8	46,2
	Operários, artífices e trabalhadores similares	37,9	62,1
	Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	51,3	48,7
	Trabalhadores não qualificados	37,5	62,5
	Empresário pouco escolarizado (até ao 9º ano)	73,9	26,1
Empresário indiferenciado (sem escolaridade)	60,0	40,0	

Figura 6 - Reprovação escolar das/os inquiridas/os com profissão das/os mães/pais

### 2.3. Leitura de livros e estudo parecem compensar a baixa escolaridade das/os mães/pais

No que concerne ao tempo dedicado à leitura e estudo e seu impacto nos percursos escolares, percebe-se que, aos 13 anos de idade, à medida que a escolaridade das/os mães/pais aumenta, aumenta também a percentagem de leitura de livros. Contudo, mais de metade das/os jovens com origens sociais com menores oportunidades sociais, culturais e económicas declaram ler um livro nos últimos 3 meses (Figura 12).

Já aos 17 anos, e nos dias de semana, independentemente da escolaridade dos pais, as/os jovens passam quase 3 horas por dia a ler. Este resultado sugere-nos que o efeito da baixa escolaridade dos pais poderá ser compensado pela leitura ou estudo.

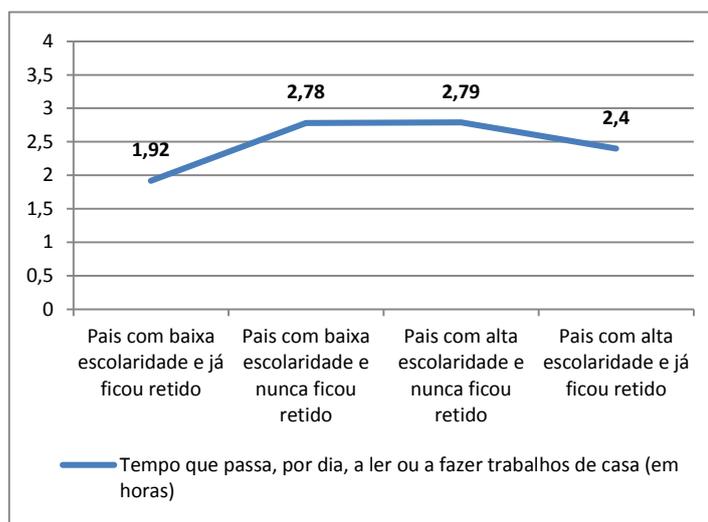


Figura 12 - Tempo dedicado à leitura com retenção escolar e escolaridade dos pais (Mãe:  $X^2= 137,911$ ,  $p < 0,001$ ; Pai:  $X^2= 123,742$ ,  $p < 0,001$ )

Já nas/os jovens que reprovaram, as/os que têm pais mais escolarizados lêem em média mais meia hora do que os outros. O sexo também tem papel diferenciador. Tendencialmente, as raparigas apresentam maior tempo dedicado a actividades como a leitura, estudo ou trabalhos de casa e os rapazes a jogos de computador ou *playstation*.

Através da escolaridade das/os mães/pais, do sexo dos jovens, da retenção e do tempo de leitura consegue-se definir quatro perfis com características associadas (Figura 7). Estes perfis definem-se essencialmente pela escolaridade dos pais, o que mais uma vez atesta para a importância da origem sociocultural do indivíduo, tal como defendido por Ermish et al. (2012) e Marjoribanks (2005).

Por um lado, temos os pais e mães mais escolarizadas/os, com Ensino Secundário e Superior que estão mais correlacionados ao sucesso escolar (não-reprovação) das/os jovens e ao sexo feminino. Por outro, os pais com nove ou menos anos de escolaridade mais associados à retenção escolar e ao sexo masculino.

Verificam-se ainda associações privilegiadas entre os tempos de leitura ou de trabalhos de casa ao fim-de-semana. À medida que a escolaridade dos pais aumenta, aumenta também o tempo de leitura e estudo, como será aprofundado mais à frente.

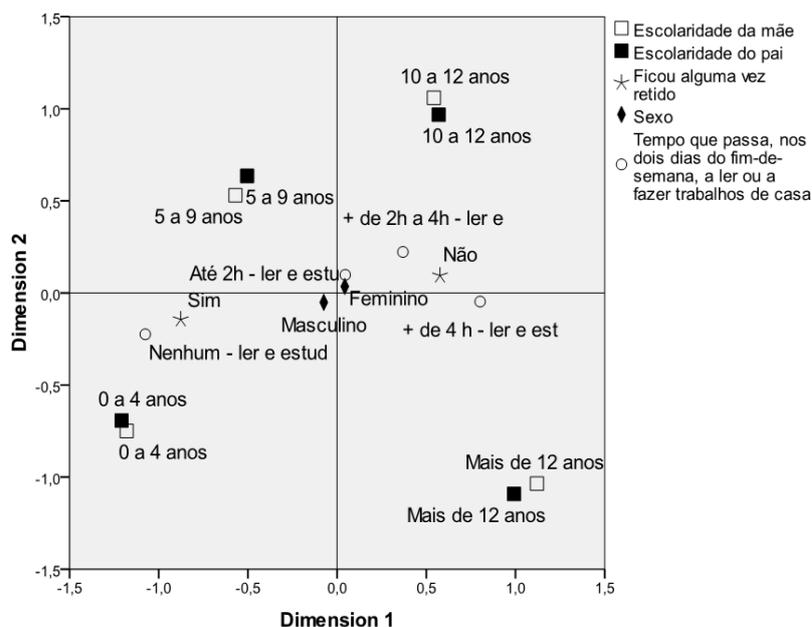


Figura 7 - Perfis das/os jovens inquiridas/os

### 3. Mercado de trabalho e género

#### 3.1. Jovens menos escolarizadas/os já estão a trabalhar

No que diz respeito à trajetória e situação profissional, e dada a idade das/os jovens, não se consegue ainda aferir o destino social. Ou seja, como as/os inquiridas/os têm apenas 21 anos, a esmagadora maioria encontra-se ainda a estudar, o que tem implicações quando se analisam, mais à frente, as categorias profissionais das/os jovens. Assim, as/os que estão a trabalhar aos 21 anos são as/os menos escolarizadas/os, o que originará forçosamente o aumento da proporção das/os profissionais pouco ou nada especializadas/os. Com efeito, as profissões que exigem maiores qualificações exigem também uma trajetória escolar mais longa e portanto ainda inacabada.

No que concerne às/aos progenitoras/es, são perceptíveis algumas diferenças de sexo, apesar da semelhança verificada nos percursos escolares. Ou seja, apesar de a esmagadora maioria das/os mães/pais terem trabalho (78,9% dos pais e 71,0% das mães), o peso das mães sem trabalho é o dobro do dos pais (20,9% comparativamente com 9,6%). E mesmo os motivos declarados para explicar o facto de não estarem a trabalhar no momento da inquirição são bastante desiguais entre mães e pais. Enquanto 40,3% dos pais referem estar à procura de emprego e 38,6% “estar doentes, reformados ou a estudar” (categorias que, no inquérito, surgem agregadas, não sendo por isso possível saber o peso de cada uma destas situações díspares), 47,2% mães não têm emprego porque tomam conta de outros ou são domésticas.

Relativamente às/os jovens, aos 21 anos de idade, e como já foi sublinhado, a maioria revela estar ainda a estudar (65,7% dos rapazes e 64,6% das raparigas). 15,8% estão desempregadas/os ou à procura do primeiro emprego e 15,2% estão empregadas/os a tempo inteiro. Destes, a maioria tem até o Ensino Secundário (48,2% das/os desempregadas/os e 56,6% das/os empregadas/os).

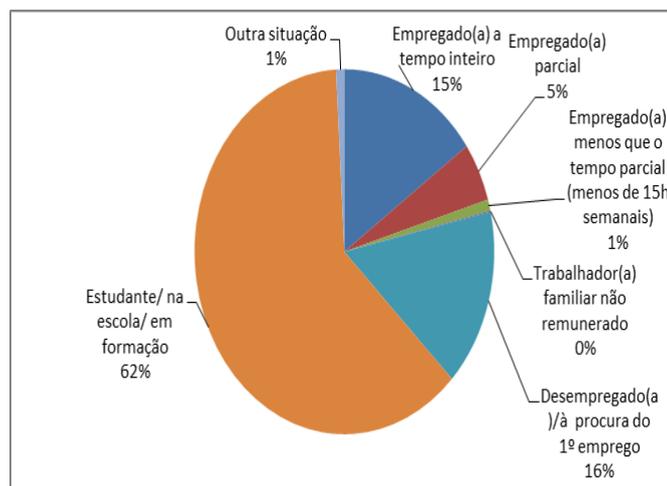


Figura 8 - Situação perante o trabalho das/os jovens

Todavia, quando se analisa a situação perante o trabalho das/os jovens com a escolaridade das/os mães/pais, percebe-se mais uma vez a influência das condições sociais, culturais e económicas de partida. Ou seja, quanto mais escolarizadas/os forem as/os progenitoras/es, maior a probabilidade da/o jovem estar a estudar aos 21 anos. No entanto, é também importante realçar que existe uma ampla percentagem de jovens (55,3% e 51,9%) que conseguem contrariar o seu destino social, ao estar aos 21 anos a estudar quando as/os suas/seus mães/pais têm menos do que o 9º ano de escolaridade (Figura 9).

Situação face ao trabalho (do próprio aos 21 anos) - %	Anos completos de escolaridade da mãe				Anos completos de escolaridade do pai			
	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 12 anos	Mais de 12 anos	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 12 anos	Mais de 12 anos
Empregado(a) a tempo inteiro	29,4	17,6	10,7	4,7	28,9	17,4	11,3	3,1
Empregado(a) parcial	8	8,3	5,6	1,4	7,9	8,6	4,7	1,5
Desempregado(a)/à procura do 1º	26,9	21,1	8,8	6,1	27,2	18,1	9,7	5,9
Estudante/na escola/ em formação	34,3	51,9	74,7	86,4	34,8	55,3	73,5	88,2
Outra situação	1,4	1,2	0,2	1,4	1,3	0,7	0,7	1,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Figura 9 - Situação face ao trabalho das/os jovens e escolaridades das/os mães/pais

Também é importante ressaltar que as/os inquiridas/os que estão a trabalhar aos 21 anos são maioritariamente oriundas/os de famílias pouco escolarizadas. Como se viu relativamente à escolaridade, a origem social e cultural dos indivíduos tem uma grande influência no sucesso ou abandono/reprovação escolar e tem também efeitos indirectos no padrão de oportunidades no mercado de trabalho (Sicherman e Galor, 1990).

### 3.2. Raparigas, embora mais escolarizadas, têm maiores dificuldades na entrada no mercado de trabalho

Embora se saiba que as raparigas têm tendencialmente trajectórias escolares de maior sucesso do que os rapazes, isso não se reflecte necessariamente e de forma linear na entrada no mercado de trabalho e posterior percurso profissional. Até porque tem sido perceptível, nas últimas décadas, um enfraquecimento da relação entre as qualificações educativas e os destinos sociais das/os jovens (cf. Breen e Luijckx, 2004).

Apesar de as raparigas serem tendencialmente mais escolarizadas, é perceptível que elas enfrentam maiores dificuldades logo à entrada no mercado de trabalho. Ou seja, enquanto 16,7% dos rapazes trabalham a tempo inteiro, apenas 13,7% das raparigas o conseguem. E 7,7% das raparigas declaram já aos 21 anos trabalhar a tempo parcial face a 5,4% dos rapazes. Sendo que, dentro destas/es inquiridas/os que se encontram a trabalhar a tempo parcial, a maioria preferia trabalhar a tempo inteiro. Esta desigualdade já não é sentida no desemprego ( $X^2= 16,378, p= 0,012$ ).

No que diz respeito às profissões, quando as/os jovens foram questionadas/os aos 13 anos sobre a profissão que gostariam de ter quando fossem adultas/os, a esmagadora maioria das/os inquiridas/os respondeu que, no futuro, gostaria de ser especialista das profissões intelectuais e científicas (72,3% das raparigas e 58,9% dos rapazes) (Figura 10). Nesta categoria encontram-se profissões tão diversas como veterinária e atriz (largamente mencionadas pelas raparigas), mas também advogada/o, psicóloga/o, economista, professor/a, matemática/o, etc. No entanto, mais rapazes do que raparigas responderam técnicos e profissionais de nível intermédio (25,3% e 14,4%), explicado, por exemplo, com o peso dos rapazes que aspiravam a ser atletas de alta competição, nomeadamente futebolistas.

Porém, é importante referir que houve algumas/uns jovens que referiram mais do que uma profissão. E se algumas/uns mencionaram profissões dentro da mesma categoria, nomeadamente economista ou advogada/o, outras/os responderam com profissões que se enquadram em categorias profissionais distintas. Por exemplo, um rapaz disse que, quando fosse, grande, gostava de ser trolha ou engenheiro. O que pode corresponder ao sonho de ser engenheiro, mas também à consciência de que dadas as baixas escolaridades e profissões pouco especializadas dos pais, talvez só lhe fosse possível chegar a trolha. Isto porque foi notória, na maioria das/os jovens, mesmo aos 13 anos, uma consciência das condições objectivas. Uma situação que não foi possível ser codificada, mas que é exemplo disto mesmo, é uma rapariga que diz simplesmente que quer ter “um emprego decente”, o que é explicado pelas suas condições materiais de existência, em que a mãe é empregada de limpeza e o pai, à data dessa inquirição, estava desempregado.

	Raparigas	Rapazes
Militar	,3	,2
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	,4	2,4
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	<b>72,3</b>	<b>58,9</b>
Técnicos e profissionais de Nível Intermédio	<b>14,4</b>	<b>25,3</b>
Pessoal Administrativo e Similares	,4	,1
Pessoal dos Serviços e Vendedores	5,6	4,3
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	0,0	,1
Operários, artífices e trabalhadores similares	0,0	3,5
Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	0,0	,6
Trabalhadores não qualificados	,1	0,0
Empresário pouco escolarizado (até ao 9º ano)	0,0	0,0
Empresário indiferenciado (sem escolaridade)	0,0	0,0
Referência a mais do que uma profissão	6,4	4,4
Total	100,0	100,0

Figura 10 - Profissão desejada, aos 13 anos, pelas/os jovens (CNP)

Quando comparadas estas categorias profissionais (desejadas) com as declaradas pelas/os mães/pais e jovens aos 21 anos, a situação é significativamente diferente (Figura 11).

É perceptível, aos 21 anos, o peso maioritário das profissões de nível intermédio (77,6% nas raparigas e 61,1% nos rapazes), valor em muito superior ao das mães (39,8%) e dos pais (34,7%), e mais ainda em relação às aspirações das raparigas (20,6%) e dos rapazes (29,7%). Isto deve-se principalmente ao facto de, devido à grande maioria das/os inquiridas/os aos 21 anos estar ainda a estudar, o peso das categorias relativas a profissões menos qualificadas estar sobrevalorizado. O que é também notório pelo peso subvalorizado das profissões intelectuais e científicas, que, aos 13 anos, aglomeravam as aspirações da maioria das raparigas (72,3%) e dos rapazes (58,9%), e nas mães (21,3%) e nos pais (26,1%) assumem também uma posição relevante. O que não sucede nas/os jovens aos 21 anos (8,6% das raparigas e 8,1% dos rapazes).

	Pai	Rapazes	Mãe	Raparigas
Militar	0,3	3,3		0,4
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	12,9	1,1	6,4	
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	21,3	8,1	26,1	8,6
Profissionais e Técnicos Intermédios (Técnicos e profissionais de Nível Intermédio, Pessoal Administrativo e Similares e Pessoal dos Serviços e Vendedores)	34,7	61,1	39,8	77,6
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	0,7	0,7	0,4	
Operários, artífices e trabalhadores similares	16,3	13,6	4,7	2,5
Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	6,1	3,7	0,5	0,4
Trabalhadores não qualificados	3,8	8,1	20,8	10,7
Empresário pouco escolarizado (até ao 9º ano)	3,7	0,4	1,2	
Empresário indiferenciado (sem escolaridade)	0,3		0,1	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Figura 11 - Profissões das/os mães/pais e jovens raparigas e rapazes (CNP)

Diminui também o peso dos trabalhadores não qualificados no sexo feminino, embora aumente no sexo masculino (20,8% das mães face a 10,7% das raparigas e 3,8% dos pais face a 8,1% dos rapazes). Todavia, continua a verificar-se maior proporção de rapazes nas categorias de operariado e operadores e de raparigas nos trabalhos não qualificados, reproduzindo padrões de género já verificados na geração anterior.

Resumindo, é ainda prematuro aferir trajetórias de reprodução ou rutura geracional, no que às profissões e situação perante o mercado de trabalho diz respeito, dada a idade das/os jovens e o facto de a esmagadora maioria estar ainda a estudar, reduzindo bastante a amostra de jovens já com profissão. Estas/es que já trabalham são como vimos os menos escolarizados, o que origina naturalmente uma sobrevalorização do peso das profissões pouco qualificadas e intermédias.

#### 4. Género e ocupação de tempos livres

##### 4.1. Menor capital escolar das/os mães/pais das/os jovens, maior o tempo passado a ver televisão e a jogar computador dos filhos e filhas

No que diz respeito à televisão, as/os inquiridas/os que têm pais com mais escolaridade (ensino secundário ou superior), declaram, aos 13 anos, passar em média menos tempo durante a semana (cerca de 3 quartos de hora) a ver televisão (um total de cerca de 2 horas) (Mãe:  $F = 20,093$ ,  $p < 0,001$ ; Pai:  $F = 15,333$ ,  $p < 0,001$ ).

À medida que a escolaridade dos pais aumenta, diminui o tempo que as/os jovens passam a ver televisão no fim-de-semana, com uma diferença média de duas horas (Mãe:  $F= 25,292$ ,  $p < 0,001$ ; Pai:  $F= 24,220$ ,  $p < 0,001$ ). Relativamente ao tempo passado a jogar computador, as/os jovens que, aos 17 anos, nunca reprovaram passam em média menos 15 a 20 minutos do que os que aqueles que já ficaram retidos na escola, independentemente da escolaridade dos pais.

#### 4.2 Comportamentos de risco parecem depender mais da reprovação escolar do que da escolaridade dos pais

Em relação a comportamentos de risco, as/os filhas/os de pais muito pouco escolarizados (até ao 4º ano de escolaridade) referiam mais, aos 17 anos, envolver-se em lutas (39,1%), e terem sido alguma vez suspensas/os da escola (15,2%). Também uma maior percentagem declarou já ter sido detido (8,5%).

O quadro reverte-se quando se verifica que uma maior percentagem de jovens com pais mais escolarizados já cometeu um crime (cerca de 7%) comparativamente aos que têm pais menos escolarizados (cerca de 4%). Aqui a escolaridade do pai parece ter um efeito mais forte do que a escolaridade da mãe. Quanto mais anos o pai estudou maior a percentagem de incidência de crime.

Quando se inclui a retenção, o efeito da escolaridade anula-se, ou seja, as/os que já ficaram retidas/os envolvem-se mais em lutas físicas, mais já foram suspensos ou alguma vez detidos, sem a escolaridade dos pais introduzir diferença (Figura 13).

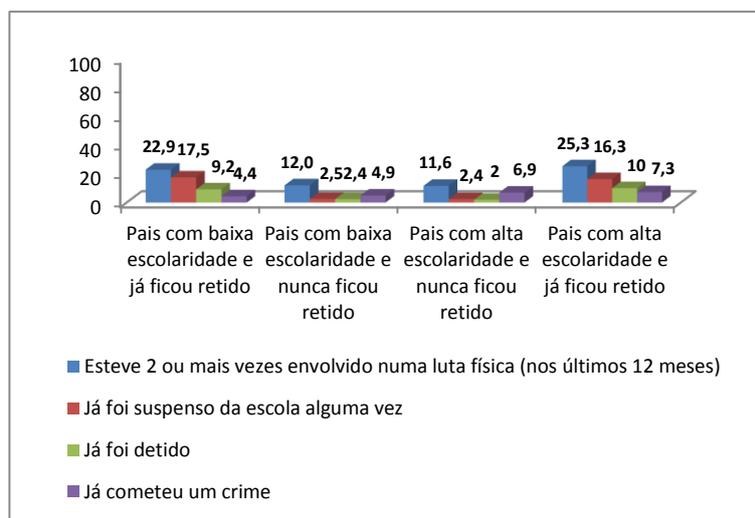


Figura 13 - Comportamentos de risco com retenção escolar e escolaridade dos pais

O que não se verifica no caso “já ter cometido um crime”. Aqui, a retenção tem pouco efeito, tendo a escolaridade dos pais mais.

Mais uma vez, o género também parece ter influência (Figura 14). Os rapazes reportam comportamentos de risco em maior número do que as raparigas. Nomeadamente, o ficar suspenso da escola (12,8% face a 4,7%), ser detido (8,2% e 2,7% respectivamente), atacar alguém com a ideia de a/o magoar seriamente (21,7% e 8,1%), pertença a gangs (7,0% e 2,4%) e cometer algum crime (9,6% e 2,1%).

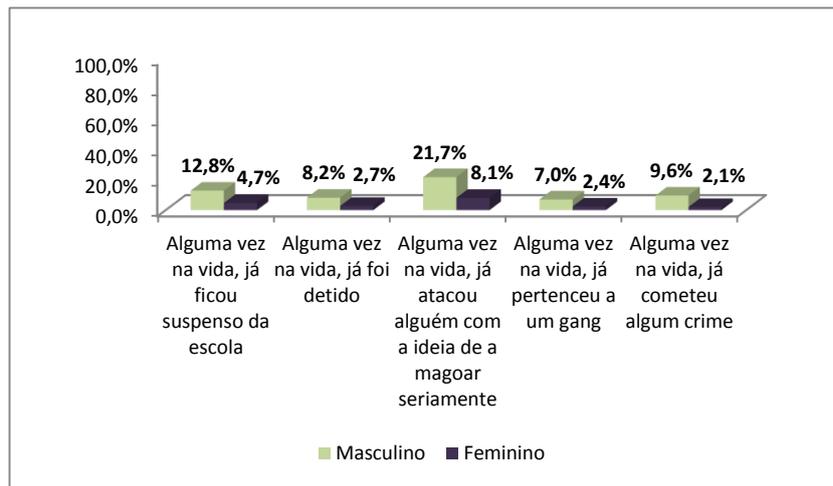


Figura 14 - Comportamentos de risco por sexo

## 5. Considerações finais

Retomando as questões colocadas no início, algumas considerações finais. Pretendemos compreender relações entre género, educação e mercado de trabalho, relações intergeracionais e trajetões de mudança e/ou continuidade.

Foi perceptível a existência de percursos de grande mobilidade educativa ascendente entre mães/pais e filhas/os, possível também devido aos baixos níveis escolares de partida. No entanto, apesar de a educação poder ser a alavanca promotora de mobilidade social ascendente e de rutura com origens escolares e económicas limitadas, as condições sociais de origem acabam por marcar, de algum modo, as trajetórias individuais. Nomeadamente na maior proporção de reprovação escolar, no abandono escolar em idades e níveis de escolaridade mais baixos e na entrada no mercado de trabalho em idades mais precoces.

Contudo, e apesar dessas influências se fazerem sentir nos percursos de alguns indivíduos, foi também possível perceber que existem outros factores com potencial de mudança, como as horas de leitura ou de estudo que parecem esbater as desvantagens sociais e ter impacto no sucesso escolar. Pretende-se, aliás, explorar melhor no futuro estes resultados que nos parecem muito relevantes, através de outras análises de dados multivariadas. Também os dados que associam retenção, comportamentos de risco e escolaridade dos pais, que sugerem pistas de análise inovadoras, serão mais aprofundados em publicações futuras.

Verificou-se ainda, que o potencial que a educação tem para romper com o destino social não se reflete automaticamente em percursos profissionais de sucesso e de mobilidade social ascendente, tal como defendido por Breen e Luijckx (2004). Como, aliás, é visível no caso das raparigas. Apesar de serem mais escolarizadas do que os rapazes, começam a sentir dificuldades mal tentam entrar no mercado de trabalho. Aos 21 anos, já se nota alguma feminização do trabalho a tempo parcial e alguma masculinização do trabalho a tempo inteiro, apesar de não existirem ainda diferenças ao nível do desemprego.

Todavia, ilações sobre mudanças ou continuidades com o passado a partir destes resultados carecem de mais informação, dada a idade das/os jovens, pois a grande maioria está ainda a estudar e não entrou no mercado de trabalho. Por isso, estão sobrevalorizadas as categorias profissionais pouco especializadas e subvalorizadas as restantes.

É assim essencial aguardar pelos dados da 4ª aplicação de inquéritos a esta população (a ser iniciada em Julho de 2014), o que permitirá consolidar não só resultados sobre transição para o mercado de trabalho e constituição de família, como aferir efeitos da crise económica e financeira dos últimos anos nas trajetórias sociais e individuais. Esta etapa da pesquisa englobará não só a aplicação de inquéritos, como também a realização de entrevistas em profundidade a 60 jovens, o que é uma inovação nesta Coorte. As entrevistas

pretendem identificar e compreender processos sociais que contribuam para o contrariar do destino social e estratégias de resistência e/ou adaptação às consequências da crise económica e financeira.

## Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia, Vasconcelos, Pedro e Neves, Dulce (2011). Género e adultícia: continuidade e mudança em três gerações. In J. M. Pais, R. Bénédict e V. S. Ferreira (Eds), *Jovens e rumos*. Lisboa: ICS.
- Barone, Carlo (2006). Cultural Capital, Ambition and the Explanation of Inequalities in Learning Outcomes: A Comparative Analysis, *Sociology*, 40(6), 1039–58.
- Beck, Ulrich (1992). *Risk Society. Towards a new society*. London: Sage publications.
- Benavente, Ana, Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís, e Neves (1987), Manuela Castro, *Do outro lado da escola*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
- Blossfeld, H-P., Buchholz, S., Bukodi, E. and Kurz, K. (eds.) (2008). *Young Workers, Globalization and the Labor Market*. Cheltenham: Elgar.
- Bourdieu, Pierre (1986). The Forms of Capital. In J.G. Richardson (ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (241-58). New York: Greenwood Press.
- Breen, Richard and Luijckx, Rudd (2004). Conclusions. In Richard Breen (ed.) *Social Mobility in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Büchel, Felix and Mertens, Antje (2004). Overeducation, Undereducation and the Theory of Career Mobility. *Applied Economics*, 36, 803-16.
- Bukodi, Erzsebet and Ebralidze, Ellen and Schmelzer, Paul and Blossfeld, Hans-Peter (2008). Struggling to Become an Insider: Does Increasing Flexibility at Labor Market Entry Affect Early Careers?. In Blossfeld, Hans-Peter, Buchholz, Sandra, Bukodi, Erzsebet and Kurz, Karin (eds.), *Young Workers, Globalization and the Labor Market*. Cheltenham: Elgar.
- Butler, Judith, (2006[1990]). *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. London: Routledge.
- Connell, R.W. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Crompton, Rosemary (2003). Class and gender beyond the ‘cultural turn’, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, 9 – 24.
- De Graaf, Nan Dirk, Paul M. de Graaf and Gerbert Kraaykamp (2000). Parental Cultural Capital and Educational attainment in the Netherlands: A Refinement of the Cultural Capital Perspective, *Sociology of Education*, 7392–111.
- Ermisch, John, Jantti, Marcus, Smeeding, Timothy M. and Wilson, James A. (2012). Advantage in comparative perspective. In John Ermisch, Marcus Jantti and Timothy Smeeding (eds.) *From Parents to Children: The Intergenerational Transmission of Advantage*. New York: Russell Sage Foundation.
- Feinstein, Leon, Kathryn Duckworth and Ricardo Sabates (2008). *Education and the Family Passing Success across the Generations*. London: Routledge. Greenwood Press.
- Fraser, Nancy (2003). Distorted beyond all recognition: a rejoinder to Axel Honneth. In Nancy Fraser and Axel Honneth (Eds), *Redistribution or recognition? A political-philosophical Exchange* (pp.198 – 236). London: Verso.
- Giddens, Anthony (2001), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta editora.
- Goldthorpe e Jackson (2008). Education-Based Meritocracy: The Barriers to its Realization. In Lareau e Conley (eds.), *Social class: How does it work?*. New York: The Russell Sage Foundation
- Guerreiro, Maria das Dores e Abrantes, Pedro (2005). Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 58 (20), 157 –174.

- ILO (2011). *Global Employment Trends for Youth*. Update, Geneva, International Labour Force.
- Lorber, Judith e Farrell, S. A., eds. (1991). *The social construction of gender*. London: Sage Publications.
- Machin, Stephen (2006). Social Disadvantage and Education Experiences. In OECD social, employment and migration working papers, no. 32.
- Macmillan, Ross (2005). The structure of the life course: classic issues and current controversies. In Ross Macmillan (Ed), *The structure of the life course: standardized? Individualized? Differentiated?* (pp. 3 – 24). Oxford: Elsevier.
- Marjoribanks, Kevin (2005). Correlations among family environment, academic achievement and academic attainment in a large sample of young Australian adults, *Psychological Reports*, 97 (2), 639-644.
- Nico, Magda (2011), *Transição Biográfica Inacabada. Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspetiva do Curso de Vida*, Tese de Doutoramento, Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa (policopiado).
- OECD (2008). *Growing unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries*. Paris.
- Pais, José Machado (2001). *Ganchos, tachos e biscoites. Jovens, trabalho e future*. Porto: Ambar.
- Raffe, David *et al.* (2006). Social-class inequalities in education in England and Scotland, *CES Briefing*, 40.
- Schoon, Ingrid (2010). Becoming adult: the persisting importance of class and gender. In Jacqueline Scott, Rosemary Crompton e Clare Lyonette (Eds), *Gender inequalities in the 21<sup>st</sup> century. New Barriers ad continuing constraints* (pp. 19 – 39). Cheltenham: Edward Elgar.
- Sicherman, Nachum and Galor, Oded (1990). A Theory of Career Mobility, *Journal of Political Economy*, 98, 169-92.
- Sullivan, Alice (2001). Cultural Capital and Educational Attainment, *Sociology* 35(4), 893–912.
- Torres, Anália (2002). A sociologia da família, a questão feminina e o género, *Ex-aequo*, 6, 117 – 145.
- Torres, Anália e Lapa, Tiago (2010). Família e jóvenes en Europa. Convergencia e diversidad, *Revista de Estúdio de Juventud*, 90, 11 – 32.
- West, Candace e Fenstermaker, Sarah (1995). Doing difference, *Gender & Society*, 9 (1), 8 – 37.

---

<sup>i</sup> Visto os parâmetros de formatação do documento não permitir a inclusão na primeira página de todas/os autores, clarifica-se que o presente *paper* deve ser citado da seguinte forma: “Torres, Anália, Serra, Fernando, Tavares, Lara, Assunção, Fátima, Brites, Rui, Carvalho, Diana, Maciel, Diana, Barros, Henrique e Ramos, Elisabete (2014), “Género, educação e trabalho: Diferenças e similitudes nas trajetórias de rapazes e raparigas entre os 13 e os 21 anos”, Atas do VIII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracias: Progressos, contradições e prospectivas, Associação Portuguesa de Sociologia

<sup>ii</sup> PTDC/IVC-SOC/4943/2012